

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO NORMATIVO Nº 558/2026

Transforma a Secretaria Regional Sul em Secretaria Geral do Interior, regulamentando-a, e revoga o Ato Normativo nº 431/2024.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no exercício de suas atribuições, na forma do art. 127, § 2º da Constituição Federal c/c o art. 10, inciso V, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de dezembro de 1993 e as disposições contidas no art. 26, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará);

CONSIDERANDO a ampla e geral atribuição administrativa da Secretaria Geral prevista na Lei Complementar Estadual nº 72/2008 (art. 83);

CONSIDERANDO a possibilidade de expansão da atividade atualmente desempenhada pela Secretaria Regional Sul, criada pelo Ato Normativo nº 431/2024, de modo a abranger todas as comarcas do interior;

CONSIDERANDO o significativo quantitativo de demandas administrativas de competência da Secretaria Geral, da Secretaria de Administração, da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério Público e dos órgãos administrativos que lhe são vinculados;

CONSIDERANDO as variadas e significativas demandas administrativas de interesse de órgãos ministeriais de todo o Estado do Ceará;

CONSIDERANDO o poder-dever de promoção de eficiência e melhoria dos serviços administrativos deste Ministério Público, inclusive em favor do seu público interno;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RESOLVE:

Art. 1º A Secretaria Regional Sul, criada pelo Ato Normativo nº 431/2024-PGJ, passa a denominar-se Secretaria Geral do Interior e a ser regulamentada por este Ato Normativo.

Art. 2º A Secretaria Geral do Interior, vinculada administrativamente à Secretaria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará e sediada na comarca de Juazeiro do Norte, tem atuação administrativa em todas as comarcas do interior.

Parágrafo único. A atuação da Secretaria Geral do Interior é exercida sem prejuízo da competência e atuação da Secretaria Geral.

Art. 3º Compete à Secretaria Geral do Interior:

I – apoiar e auxiliar a Secretaria Geral do Ministério Público na análise de demandas administrativas relativas a matérias de competência da Secretaria de Administração (SEAD) ou da Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN) do Ministério Público;

II – receber e encaminhar as demandas das Secretarias Executivas e das Promotorias de Justiça abrangidas por seu âmbito de atuação, relativas a matérias de competência da SEAD ou da SETIN deste Ministério Público, zelando pelos fluxos administrativos institucionais.

III – prestar apoio à execução de atividades da SEAD ou SETIN relacionadas aos órgãos ministeriais abrangidos por seu âmbito de atuação;

IV – facilitar, promover e aprimorar a comunicação entre os órgãos ministeriais abrangidos por seu âmbito de atuação e os órgãos da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Ceará;

V – analisar e organizar as demandas administrativas recebidas e encaminhadas com vistas à obtenção de soluções eficientes;

VI – propor aos órgãos competentes ideias de soluções acerca das demandas administrativas de que tomou ciência;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

VII – realizar visitas em órgãos ministeriais abrangidos por sua região de atuação a fim de identificar eventuais demandas administrativas e providenciar encaminhamentos cabíveis;

VIII – realizar reuniões com as Secretarias Executivas para tratar de assuntos administrativos de interesse dos órgãos ministeriais abrangidos por sua região de atuação;

Art. 4º A Secretaria Geral do Interior terá um Secretário Geral do Interior incumbido pela administração dos seus serviços, ao qual competirá, entre outras atividades compatíveis com as finalidades do órgão:

I – coordenar e organizar as atividades de competência da Secretaria Geral do Interior;

II – despachar nas demandas recebidas pela Secretaria Secretaria Geral do Interior; e

III – exercer a gerência, na qualidade de chefia imediata, de servidores lotados na Secretaria Geral do Interior quanto à frequência diária e mensal, a pedidos de abono ou justificativas de falta ao serviço, a férias, à grade de horário, entre outros assuntos correlatos.

Art. 5º O Secretário Geral do Interior será indicado e designado pelo Procurador-Geral de Justiça, dentre membros titulares de Promotorias de Justiça sediadas em uma das comarcas do interior de maior entrância, excetuadas as integrantes da região metropolitana de Fortaleza.

Parágrafo único. Nos casos de afastamento do Secretário Geral do Interior, será designado substituto pelo Procurador-Geral de Justiça, observado o critério previsto no *caput* deste artigo.

Art. 6º O inciso XXVIII do art. 2º do Provimento nº 78/2013 passa a vigor, com a seguinte redação:

XXVIII - Secretário Geral do Interior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 7º O inciso XVIII do art. 2º do Provimento nº 111/2014 passa a vigor com a seguinte redação:

XVIII – Secretário Geral do Interior.

Art. 8º Revoga-se o Ato Normativo nº 431/2024-PGJ.

Art. 9º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, em 12 de janeiro de 2026

(assinado eletronicamente)

Herbet Gonçalves Santos

Procurador-Geral de Justiça

Publicado no DOEMPCE de 12/01/2026